



Prefeitura Municipal de Candói
Processo Digital: 752/2026
Assunto: Estudo Técnico Preliminar
Identificador: 0000752-25-2026-3-00-0000-00
Situação Geral do Processo: Tramitando (Assumido)

Pág. 1/2



► **Abertura de Processo Digital**

Por: ENEDIANA MENEGUEL do Setor SAS-ADMAS em 2026-02-23T09:54:31

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objeto deste estudo é originário da necessidade de se prover mão de obra profissional nas funções de **Monitor Social**.

Enediana Meneguel

Setor Administrativo Sec. Assistência Social

📄 **Recebimento**

Por: ENEDIANA MENEGUEL em 2026-02-23T10:11:21

Recebimento Pessoa: ENEDIANA MENEGUEL

↩ **Despacho 1 (Resposta)**

Por: ENEDIANA MENEGUEL em 2026-02-23T10:11:21

Segue ETP e SSM.

Enediana Meneguel

Setor Administrativo Sec. Assistência Social

📎 **Juntada de Documentos**

Por: ENEDIANA MENEGUEL em 2026-02-23T10:11:21

Anexos 2

ETP MONITOR SOCIAL..pdf (tUzF.dm04.Lmrd)

SSM 84 MONITOR SOCIAL.pdf (Mjdx.Nfhn.AnJo)



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo n.º 752 /2026

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda de funções, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1.2. O objeto deste estudo é originário da necessidade de se prover mão de obra profissional nas funções de **Monitor Social 12/36**.

1.3. Dos órgãos requisitantes:

ÓRGÃO	RESPONSÁVEL
Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família	Thainá Matos De Souza

2. DIRETRIZES GERAIS

Este estudo leva em consideração as seguintes Fundamentações legais e legislações aplicáveis:

- Lei n.º 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Decreto n.º 296/2023 - Regulamenta, no âmbito da Administração Pública do Município de Candói, Estado do Paraná, os procedimentos licitatórios a que se refere a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n.º 155/2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro empresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- Lei Complementar n.º 52/2022 - Institui o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ
Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041
Fone: (42) 3638-8000 - E-mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br



Individuais, no âmbito do Município de Candói, em conformidade com as normas gerais prevista no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;

- Lei nº 1.482, de 14 de novembro de 2018 - Altera a Lei Municipal nº 1092/2011, alterando e extinguindo Cargos.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente estudo foi motivado pela Secretaria de Assistência Social do Poder Executivo Municipal, considerando a necessidade de suprir a demanda pela contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra de seis profissionais para o exercício da função de Monitor Social, com jornada de trabalho em regime 12x36 horas, incluindo turnos diurnos e noturnos, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

Haja vista que a ausência de Monitores Sociais na Casa Lar compromete diretamente o acompanhamento cotidiano das crianças e adolescentes acolhidos, gerando fragilidades na rotina, na organização das atividades diárias e na garantia de cuidados básicos. Sem esses profissionais, há dificuldade em assegurar supervisão contínua, apoio emocional e mediação de conflitos, o que pode resultar em situações de insegurança, indisciplina e desassistência. Além disso, a falta de acompanhamento adequado impacta negativamente o desenvolvimento social e comportamental dos acolhidos, prejudicando a construção de vínculos afetivos, a observância de regras e o fortalecimento de habilidades socioemocionais, podendo ocasionar aumento de episódios de estresse, conflitos internos e prejuízos ao bem-estar físico e emocional das crianças e adolescentes.

A Casa Lar é um serviço de acolhimento que busca oferecer um ambiente semelhante a uma residência, garantindo proteção, cuidado e convivência familiar e comunitária, enquanto se trabalha a reintegração familiar ou, quando isso não é possível, a colocação em família substituta. Para o Município de Candói, a presença de Monitores Sociais é essencial para assegurar a execução adequada dos programas, projetos e serviços socioassistenciais voltados à população em situação de vulnerabilidade, garantindo a continuidade, a qualidade e a efetividade do atendimento.





Sem a atuação desses profissionais, atividades essenciais como acompanhamento de famílias, visitas domiciliares, desenvolvimento de atividades socioeducativas e ações de proteção social correm risco de não serem realizadas, comprometendo a eficácia das políticas públicas. Além disso, a descontinuidade no acompanhamento dificulta a identificação de necessidades específicas e a elaboração de estratégias adequadas de atendimento, comprometendo o registro e monitoramento dos casos.

A inexistência de Monitores Sociais também sobrecarrega a equipe técnica e gestores, que passam a assumir funções para as quais não possuem tempo ou especialização adequada, reduzindo a eficiência operacional. Ademais, a ausência desses profissionais pode colocar o Município em situação de não conformidade com a legislação vigente, uma vez que a Política de Assistência Social exige a presença de profissionais capacitados para o acompanhamento dos serviços.

Atualmente, a Casa Lar acolhe 13 crianças e adolescentes. Diante desse cenário, para o exercício de 2026, torna-se necessária a contratação de seis Monitores Sociais, considerando a crescente demanda de atendimentos inerentes ao serviço de acolhimento institucional. Essa necessidade decorre do acompanhamento frequente dos acolhidos em consultas médicas realizadas fora do município, do apoio contínuo nas atividades educacionais e do desenvolvimento de ações voltadas à rotina diária de cuidados, proteção integral, mediação de conflitos, fortalecimento de vínculos e garantia dos direitos fundamentais, conforme preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Nacional de Assistência Social.

A contratação desses profissionais é, portanto, essencial para assegurar o funcionamento ininterrupto da Casa Lar, garantindo o cobrimento de férias dos servidores efetivos, a manutenção da qualidade do atendimento e a oferta de um ambiente seguro, humanizado e adequado às necessidades específicas de cada criança e adolescente acolhido.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após a identificação da necessidade da Administração Pública quanto à prestação de serviços de Monitor Social, será realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis, bem como analisar os pontos positivos e negativos de cada opção para o Município.





A avaliação considerará, de forma comparativa, os aspectos de custo, eficiência operacional, viabilidade técnica e a compatibilidade das soluções com a realidade administrativa, estrutural e orçamentária municipal, de modo a subsidiar a escolha da alternativa mais vantajosa para o interesse público.

Alternativa 1 - Execução direta pela administração através de concurso público.

Essa alternativa consistiria na execução direta das atividades pela própria Administração Pública, mediante a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos de Monitor Social, com o objetivo de integrar profissionais ao quadro permanente do Município para atuação nas ações e serviços socioassistenciais.

Entretanto, registra-se que o cargo de Monitor Social se encontra extinto no âmbito do Município de Candói através da Lei Municipal 1.482 a qual estabelece a extinção dos cargos de Monitor Social. Dessa forma, a adoção dessa alternativa demandaria, previamente, a criação ou recriação do cargo por meio de lei específica, de iniciativa do Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, observando-se os limites orçamentários, financeiros e de pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, a implementação dessa alternativa implicaria impactos no planejamento orçamentário e na gestão de recursos humanos, considerando a necessidade de previsão de despesas permanentes com pessoal, realização de concurso público e posterior capacitação dos servidores.

Assim, embora a execução direta pela Administração apresente vantagens como maior controle, continuidade dos serviços, estabilidade da equipe e redução de riscos trabalhistas, sua viabilidade, no caso do Município de Candói, encontra-se condicionada à alteração do marco legal municipal, o que a torna uma alternativa de médio a longo prazo, não sendo aplicável de forma imediata.

Alternativa 2 – Execução indireta pela administração

A execução indireta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Monitor Social, mediante procedimento licitatório, ficando a responsabilidade pela contratação, gestão de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários e





demaís obrigações a cargo da contratada, cabendo à Administração a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual.

Essa alternativa mostra-se mais vantajosa para o Município de Candói, considerando que o cargo de Monitor Social se encontra extinto no quadro de pessoal, o que inviabiliza a execução direta de forma imediata. A execução indireta permite a continuidade e a regularidade dos serviços socioassistenciais sem a necessidade de criação de cargos ou alteração da legislação municipal, garantindo maior celeridade na implementação da política pública.

Das questões de despesas orçamentárias ao município:

A análise da questão salarial do cargo de Monitor Social evidencia que a terceirização do serviço não ocasiona impacto orçamentário significativo para o Município de Candói. Atualmente, o Monitor Social concursado possui remuneração base de R\$ 1.911,00, acrescida do adicional noturno quando desempenha suas atividades nesse turno.

Em relação à terceirização, a empresa terceirizada recebe R\$ 2.714,11 na escala diurna e R\$ 2.793,07 na escala noturna. Embora os valores pagos aos terceirizados sejam superiores ao salário base do servidor concursado, deve-se considerar que a remuneração do servidor efetivo sofre acréscimos legais, especialmente o adicional noturno e horas extras, o que reduz a diferença real entre os custos.

Além disso, a contratação direta de servidores envolve encargos trabalhistas, previdenciários e administrativos, bem como custos decorrentes de afastamentos, licenças e substituições. Nesse contexto, mesmo apresentando valores nominais mais elevados, a terceirização não representa aumento expressivo nas despesas totais com pessoal.

Dessa forma, conclui-se que a terceirização do cargo de Monitor Social não impacta de maneira significativa o orçamento municipal, mostrando-se uma alternativa financeiramente viável e compatível com a realidade orçamentária do Município de Candói.

4.1– Análise das contratações similares no Município de Candói;

Nº	PROCESSO	OBJETO
----	----------	--------





1	Pregão presencial 058/2021	Contratação de empresa para serviços de terceirização de mão de obra de 05 (cinco) profissionais na função de Monitor Social com jornada de trabalho 12x36 horas sendo 02 (dois) para o período noturno e 03 (três) para o período diurno, para atendimento das necessidades da Casa Lar de Candói.
---	----------------------------	---

4.2 – Análise de contratações similares por outros entes:

Nº	ÓRGÃO	PROCESSO	OBJETO
1	Prefeitura Municipal De Teixeira Soares	Pregão Eletrônico 039/2025	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio no cuidado a grupos de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar.

CONCLUSÃO DO LEVANTAMENTO DO MERCADO

Após a análise das alternativas disponíveis para a execução das atividades de Monitor Social, verificou-se que a terceirização dos serviços, por meio de execução indireta, apresenta-se como a solução mais vantajosa para o Município de Candói no atual contexto administrativo, legal e orçamentário.

A execução direta pela Administração Pública, mediante a realização de concurso público, mostra-se inviável no momento, considerando a extinção do cargo de Monitor Social do quadro de pessoal do Município. Tal providência exigiria a criação de novo cargo por meio de lei específica, além de gerar impacto permanente nas despesas com pessoal, com reflexos diretos nos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, comprometendo a capacidade orçamentária e financeira do Município a médio e longo prazo.

Sob o aspecto orçamentário, a terceirização possibilita maior controle e previsibilidade dos gastos, uma vez que os custos são previamente definidos em contrato, sem a incidência de despesas permanentes típicas da contratação direta, como progressões funcionais, adicionais incorporáveis e encargos decorrentes de afastamentos legais. Essa modalidade de





contratação permite, ainda, melhor adequação das despesas à disponibilidade orçamentária anual, sem comprometer exercícios futuros.

Ademais, o levantamento de mercado demonstrou a existência de empresas aptas a prestar os serviços de Monitor Social, com capacidade técnica e operacional, viabilizando a contratação por meio de regular procedimento licitatório, assegurando competitividade, economicidade e atendimento às necessidades da Administração Municipal.

A terceirização proporciona maior agilidade na contratação, flexibilidade na gestão da força de trabalho e transferência à contratada da responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários e pela gestão de pessoal, reduzindo riscos administrativos e a formação de passivos trabalhistas para o Município. Soma-se a isso a garantia da continuidade dos serviços socioassistenciais, evitando prejuízos ou descontinuidade no atendimento à população.

Diante do exposto, conclui-se que a execução indireta, por meio da terceirização dos serviços de Monitor Social, mostra-se mais eficiente sob os aspectos orçamentário, administrativo e legal, atendendo aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e do interesse público, configurando-se como a alternativa mais vantajosa para o Município de Candói.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Monitor Social, por meio de execução indireta, visando atender às demandas dos programas, projetos e serviços socioassistenciais do Município de Candói, de forma contínua, eficiente e em conformidade com a legislação vigente.

A empresa contratada deverá disponibilizar profissionais devidamente qualificados para o exercício da função de Monitor Social, em quantidade compatível com a demanda do Município, assegurando a execução das atividades conforme as diretrizes técnicas da política de assistência social e demais normativas aplicáveis. Os profissionais deverão atuar no acompanhamento de usuários, desenvolvimento de atividades socioeducativas, apoio às equipes técnicas e demais ações correlatas definidas pela Administração.

Caberá à empresa contratada a integral responsabilidade pela gestão dos recursos humanos com o fornecimento de 01 monitor social em escala noturna e 05 monitores sociais





com a carga diurna, ambos com carga horária de 12/36 envolvidos na execução do contrato, incluindo recrutamento, seleção, contratação, substituição, capacitação inicial e continuada dos profissionais, bem como o pagamento de salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações legais, não gerando vínculo empregatício entre os trabalhadores e o Município.

A solução deverá contemplar, ainda, mecanismos de supervisão e coordenação dos serviços, garantindo a qualidade, regularidade e continuidade das atividades prestadas, bem como a substituição imediata de profissionais em casos de afastamentos, licenças ou desligamentos, de modo a evitar a interrupção dos serviços.

A empresa deverá manter comunicação permanente com a Administração Municipal, com acompanhamento da frequência e desempenho dos profissionais, além de atender às orientações e fiscalizações do gestor e fiscal do contrato.

Dessa forma, a solução proposta assegura a prestação adequada dos serviços de Monitor Social, com eficiência operacional, previsibilidade de custos e redução de riscos administrativos, atendendo ao interesse público e às necessidades do Município de Candói.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS

São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

6.1. O contrato deverá ser executado por empresa especializada em locação/terceirização de mão de obra, e caso não possua, deverá instalar escritório no município de Candói, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.2. A execução dos serviços deverá ser realizada por empresa especializada na prestação de serviços de terceirização de mão de obra, devidamente constituída e com regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

6.3. O prazo de início da prestação do serviço é de **7 (sete) dias úteis** contados da solicitação do Município, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e aceita pelo fiscal do contrato.

6.4. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente.

6.5. A contratada deverá disponibilizar pelo menos uma camiseta com identificação de monitor social.





- 6.6. Os serviços deverão ser executados nas dependências da Casa Lar Municipal, observando-se as rotinas, normas internas e diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Assistência Social e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.
- 6.7. Os profissionais deverão atuar em regime de jornada de trabalho 12x36 horas, incluindo turnos diurnos e/ou noturnos, conforme a necessidade da Administração;
- 6.8. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial as normativas do Ministério do Trabalho.
- 6.9. Os serviços objeto do presente certame serão executados diariamente, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa do Município, bem como a legislação trabalhista e a convenção coletiva da categoria.
- 6.10. Os profissionais disponibilizados ao contratante, deverão ser treinados e instruídos, para desempenho de qualquer atividade pertinente à sua função, devendo ser prontamente substituídos àqueles que demonstrarem conduta incompatível com as normas internas ou com a sua função.
- 6.11. Caberá ao contratado efetuar o pagamento dentro do prazo legal, de todas as remunerações devidas aos seus funcionários, assim como dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e tributários.
- 6.12. As despesas e encargos com transporte, deslocamentos, alimentação e demais despesas com pessoal correm por conta do contratado.
- 6.13. Nos termos do Art. 121 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.14. É vedado a subcontratação do objeto, sob pena de cancelamento do registro de preços e outras penalidades cabíveis.
- 6.15. O contrato de prestação dos serviços decorrente da ata de registro de preços terá duração inicial de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do Art. 107, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.16. Mensalmente a empresa deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal o registro do ponto biométrico digital dos funcionários.





6.16.1. Todos os funcionarios deverão registrar o ponto em relógio ponto digital, correndo por conta da empresa todos os custos para instalação e manutenção do mesmo, bem como as impressões das folhas ponto.

6.16.2. Caso o equipamento esteja danificado a empresa terá o prazo de 48h (quarenta e oito horas), para providenciar o conserto ou a sua substituição.

6.16.3. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua e ininterrupta, assegurando o funcionamento regular da unidade, inclusive em períodos de férias, afastamentos ou substituições de profissionais;

6.16.4. Os profissionais disponibilizados deverão manter **conduta ética, respeito aos usuários do serviço e sigilo das informações**, sendo obrigatória a substituição imediata daqueles que apresentarem comportamento incompatível com as atividades exercidas.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para consolidação da demanda, a Secretaria de Assistência Social observou a real necessidade e determinou as quantidades necessária, conforme segue:

Lote	Item	Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
01	01	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra de 01 (uma) pessoa, pelo tempo estimado de 12 meses com jornada de trabalho 12X36 hrs, incluindo jornada noturna , sendo realizada escala mensal de trabalho entre os mesmos, para prestar serviço na Casa Lar municipal.	MS	12	2.793,07	33.516,84
01	02	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra de 05 (cinco) pessoas, pelo tempo estimado de 12 meses com jornada de trabalho de 12x36 hrs, sendo realizado escala mensal de trabalho entre os mesmos, para prestar serviço na Casa Lar municipal.	MS	12	12.495,3	149.943,6





7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a contratação estimada de 06 (seis) postos de Monitor Social, com jornada de trabalho em regime 12x36 horas, pelo período de 12 (doze) meses, o valor total estimado para a contratação é de R\$ 183.460,44 (cento e oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos.).

O valor estimado contempla todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução dos serviços, não sendo admitidos custos adicionais não previstos na proposta vencedora.

Ressaltamos que o valor acima foi baseado no contrato 56/2021 do pregão 58/2021 do Município de Candói-PR.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a possibilidade de parcelamento da solução, visando à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Contudo, considerando que o objeto trata da prestação de serviços contínuos de terceirização de mão de obra, com dedicação exclusiva, cuja execução exige padronização de procedimentos, gestão unificada de pessoal, escala integrada de trabalho (12x36 horas) e responsabilidade trabalhista centralizada, conclui-se que o parcelamento não se mostra técnica nem operacionalmente viável.

O fracionamento do objeto poderia comprometer a continuidade do serviço, dificultar a fiscalização contratual e aumentar os riscos administrativos e trabalhistas, não atendendo ao interesse público.

Dessa forma, opta-se pela contratação do objeto de forma integral, preservando a eficiência, a economicidade e a segurança da contratação.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para a execução do objeto, não há contratações interdependentes vinculadas diretamente a este processo, uma vez que a prestação dos serviços de monitor social é autônoma e independe da celebração simultânea de outros contratos.

Contudo, existem contratações correlatas destinadas ao fornecimento de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos, gêneros alimentícios, materiais de limpeza e demais





insumos necessários ao funcionamento da Casa Lar, os quais são adquiridos por meio de processos licitatórios próprios e vigentes no âmbito do Município.

Tais contratações não condicionam a execução do objeto, mas complementam o adequado funcionamento do serviço, não caracterizando dependência contratual.

10. REFERÊNCIA AO PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL

Não obstante os serviços, objeto do presente estudo, consistem em atividade essencial à manutenção das atividades fins dos órgãos, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. Sendo assim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação visa suprir as necessidades de mão de obra na instituição de acolhimento Casa Lar da administração pública, garantindo o cumprimento eficaz de suas funções institucionais. Dessa forma, busca-se oferecer serviços de qualidade às crianças e adolescentes promovendo eficiência e eficácia nas ações administrativas.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

Considerando que o objeto da presente contratação refere-se ao fornecimento de mão de obra para a atuação de monitores sociais na Casa Lar, não se identificam impactos ambientais significativos ou diretos decorrentes da execução do serviço, uma vez que se trata de atividade predominantemente administrativa e assistencial, sem geração relevante de resíduos, emissões atmosféricas, efluentes líquidos ou interferência em recursos naturais.

13. ANÁLISE DE RISCO

Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de governança pública, procedeu-se à identificação dos riscos associados à contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra de Monitores Sociais em regime 12x36 horas.





Considerando que o objeto envolve prestação de serviço contínuo em unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes atividade essencial e ininterrupta, eventuais falhas na execução contratual podem ocasionar impactos relevantes de natureza administrativa, social, legal e financeira ao Município.

Dessa forma, foram mapeados os principais eventos que podem comprometer a continuidade do atendimento, a segurança dos acolhidos, a qualidade da prestação do serviço e a regularidade jurídica do contrato, bem como estabelecidas medidas preventivas e corretivas destinadas à mitigação dos riscos identificados.

Matriz de risco

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação
Falta de profissionais para cumprimento das escalas 12x36	Médio	Alto	Previsão contratual de substituição imediata; aplicação de penalidades; exigência de banco de reservas pela contratada; fiscalização diária da escala.
Rotatividade elevada de funcionários terceirizados	Alto	Alto	Exigir treinamento inicial e contínuo; período mínimo de permanência; avaliação periódica pelo fiscal do contrato; comunicação prévia de substituições.
Conduta inadequada de monitor perante crianças/adolescentes	Baixo	Alto	Exigência de antecedentes criminais; capacitação obrigatória em ECA e SUAS; substituição imediata; acompanhamento da equipe técnica.
Ausência injustificada ou abandono de posto	Médio	Alto	Controle de ponto biométrico; notificação imediata; previsão de multa contratual; reposição obrigatória em até 2 horas.
Interrupção do serviço por falha operacional da empresa	Baixo	Alto	Cláusula de continuidade do serviço essencial; retenção de pagamentos; possibilidade de contratação emergencial.
Descumprimento de obrigações trabalhistas pela contratada (risco de responsabilidade subsidiária)	Médio	Alto	Exigência mensal de GFIP, FGTS, INSS e folha de pagamento; retenção de faturas; fiscalização administrativa rigorosa.





Profissionais sem qualificação mínima para função	Médio	Médio	Exigência de comprovação conforme CBO; validação prévia pelo gestor do contrato; treinamento obrigatório.
Conflitos entre equipe terceirizada e equipe técnica do município	Médio	Médio	Definição clara de atribuições; reuniões periódicas; designação formal de preposto da empresa.
Falha no registro de ponto biométrico	Médio	Médio	Manutenção obrigatória do equipamento; prazo de 48h para substituição; registro manual subsidiário validado pela fiscalização.
Extrapolção orçamentária decorrente de reajustes ou encargos	Baixo	Médio	Previsão de repactuação conforme legislação; análise prévia de convenção coletiva; reserva orçamentária.
Descontinuidade do contrato ao término da vigência	Baixo	Alto	Planejamento prévio da nova licitação; abertura do processo com antecedência mínima de 120 dias.
Falhas na supervisão do contrato pela Administração	Médio	Alto	Designação formal de gestor e fiscal; checklist mensal de fiscalização; capacitação em gestão contratual.
Situações de emergência envolvendo acolhidos sem preparo do monitor	Baixo	Alto	Treinamento em primeiros socorros e protocolos de crise; contato direto com equipe técnica e Conselho Tutelar.



14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita, mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária.

(x) SIM. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

() NÃO. Retornar ao departamento técnico/operacional requisitante para a revisão do pedido.



**APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE
CONFORMIDADE**

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições legais.

Candói, 23 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente em 23/02/2026 11:04:42
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br.cloud/Riv1P> para
verificar a autenticidade.





Município de Candói
Solicitação 84/2026

Equiplano Página:1

Solicitação			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
84	Contratação de Serviço	23/02/2026	2
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
110126-9	THAINA MATOS DE SOUZA	0/2026	
Local			
91	SETOR ADMINISTRATIVO		
Órgão			
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Forma de pagamento			
Descrição		Tipo	
		Depósito bancário	
Entrega			
Local		Prazo	
		Dias	

Descrição:
Contratação de uma empresa para prover mão de obra profissional nas funções de Monitor Social.

Justificativa:
Considerando a necessidade de suprir a demanda pela contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra de seis profissionais para o exercício da função de Monitor Social,

Lote					
001 Lote 001					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
044727	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra de 01 (uma) pessoa, pelo tempo estimado de 12 meses com jornada de trabalho 12X36 hrs, incluindo jornada noturna, sendo realizada escala mensal de trabalho entre os mesmos, para prestar serviço na Casa Lar municipal.	MS	12,00	0,00	0,00
044728	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra de 05 (cinco) pessoas, pelo tempo estimado de 12 meses com jornada de trabalho de 12x36 hrs, sendo realizado escala mensal de trabalho entre os mesmos, para prestar serviço na Casa Lar municipal.	MS	12,00	0,00	0,00
TOTAL					0,00
TOTAL GERAL					0,00



Prefeitura Municipal de Candói
Processo Digital: 752/2026
Assunto: Estudo Técnico Preliminar
Identificador: 0000752-25-2026-3-00-0000-00
Situação Geral do Processo: Tramitando (Assumido)

Pág. 2/2



Solicitação de Assinatura

Por: ENEDIANA MENEGUEL em 2026-02-23T10:12:04

solicitou a assinatura de documentos.

- Thainá Matos de Souza 1 assinado. Última ação em: 23/02/2026 11:09

Solicitação de Assinatura

Por: ENEDIANA MENEGUEL em 2026-02-23T10:12:16

solicitou a assinatura de documentos.

- Thainá Matos de Souza 1 assinado. Última ação em: 23/02/2026 11:04

Assinatura de Documento

Por: Thainá Matos de Souza em 2026-02-23T11:04:43

assinou documento.

Assinatura realizada no documento:

- ETP MONITOR SOCIAL.

Referente a solicitação de assinatura solicitada criada em 23/02/2026 10:12.

Assinatura de Documento

Por: Thainá Matos de Souza em 2026-02-23T11:09:55

assinou documento.

Assinatura realizada no documento:

- SSM 84 MONITOR SOCIAL

Referente a solicitação de assinatura solicitada criada em 23/02/2026 10:12.

Recebimento

Por: Thainá Matos de Souza em 2026-02-23T14:44:37

Recebimento Setor: Setor Administrativo / Assistência Social (SAS) - Pessoa: Thainá Matos de Souza

Despacho 2

Por: Thainá Matos de Souza em 2026-02-23T14:44:47

Thainá Matos de Souza

Secretária de Assistência Social

Recebimento

Por: Matheus Jean Camargo em 2026-02-27T14:42:27

Recebimento Setor: Estudo Técnico Preliminar - ETP (SADM)